



Limitação de mandatos. Ministra da Justiça diz que lei “está mal feita”

PSD acredita que Tribunal Constitucional vai permitir candidaturas.
Decisão é esperada entre hoje e manhã

Quando se espera a qualquer momento uma decisão do Tribunal Constitucional (TC) sobre a limitação de mandatos, a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, não podia ter sido mais clara na crítica à lei. “Está mal feita. A lei está incorrectamente feita”, disse a ministra da Justiça após a tomada de posse de cerca de 50 juizes de mais um curso de formação de magistrados, no Supremo Tribunal de Justiça.

Paula Teixeira da Cruz voltou a criticar “o poder legislativo/político” por remeter para os tribunais o destino dos candidatos que já cumpriram mais de três mandatos. O PSD não desacelera nas críticas ao Tribunal Constitucional (TC), mas acredita que, no que à limitação de mandatos diz respeito, os juizes do Palácio Ratton vão deixar os autarcas com três ou mais mandatos à frente de uma autarquia candidatar-se a outra. Do lado do PS, António José Seguro evita falar no assunto dizendo que não faz “pressões sobre o Tribunal Constitucional”.

A decisão dos juizes deve aliás ser conhecida hoje (o mais tardar amanhã), uma vez que os primeiros recursos às impugnações

de candidaturas foram feitos a 26 de Agosto e o TC tem dez dias para se pronunciar.

No PSD acredita-se que os juizes deverão dar razão “à interpretação dos quatro partidos” com assento parlamentar, com excepção do Bloco de Esquerda, que fez os pedidos de impugnação. Isto porque, disse Marco António Costa, porta-voz do PSD, os quatro partidos têm candidaturas nessas condições. O PSD é o que tem mais – alguns em coligação com o CDS – mas PCP e PS também estão nessa situação. Os socialistas têm o caso de Jorge Pulido Valente, que saiu de Mértola para Beja acumulando assim mais de três mandatos. “A

decisão do Tribunal Constitucional não vai beneficiar ou penalizar o PSD”, acredita, assegurando que o partido não tem plano B para o caso de, por exemplo, Menezes e Seara não se poderem candidatar.

A decisão do Tribunal Constitucional acontece numa altura em que não se reduzem as críticas ao último chumbo ao diploma da requalificação dos funcionários públicos. No encontro com os jornalistas, Marco António Costa até foi mais cauteloso nas palavras que Passos Coelho, aproximando-se da postura apresentada pelo ministro Rui Machete, que defendeu uma clarificação mais profunda da interpretação da Constituição.

Mais fortes foram as palavras de Luis Montenegro. O líder parlamentar social-democrata diz que há um “desfasamento” do tribunal em relação à realidade portuguesa. “O Tribunal usa dois princípios constitucionais universais para concluir duas coisas diferentes. Desse ponto de vista indicia que há aqui algum desfasamento relativamente à realidade concreta que o país vive”, disse na Assembleia da República. L.V.

PSD diz que não
tem preparado
plano B para
substituir Seara
e Menezes



PSD acredita que juizes darão razão à interpretação dos quatro partidos

ANDRÉ KOSTERS/LUSA